

A DEMOCRACIA NA VENEZUELA DA ERA CHAVISTA

JOÃO CARLOS AMOROSO BOTELHO*

Resumo: Com a ascensão de Hugo Chávez ao poder na Venezuela em 1999, muitas críticas têm sido feitas, tanto interna como externamente, ao grau de democracia no país. Inclusive, há analistas que consideram que a Venezuela passou a ser semidemocrática, mas não utilizam indicadores para fundamentar isso. O artigo se propõe a avaliar a situação da democracia na Venezuela da era chavista com base em critérios estabelecidos por Dahl (2005) e em parâmetros utilizados por O'Donnell (1997; 2000). Trata-se, portanto, de uma avaliação mais objetiva, a partir de critérios dos dois autores e variáveis. A conclusão é que, apesar dos problemas, não há elementos suficientes para afirmar que o regime venezuelano deixou de ser democrático. Então, os que defendem o contrário têm, em geral, uma posição cujo respaldo é de natureza mais ideológica do que empírica.

Palavras-chave: democracia, Venezuela, Chávez

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é avaliar, com base em critérios estabelecidos por Dahl (2005), a situação da democracia na Venezuela da era chavista. Para isso, também serão usados parâmetros definidos por O'Donnell em artigos posteriores à publicação original do trabalho de Dahl.

Essa avaliação é importante porque, com a ascensão de Hugo Chávez ao poder em 1999, muitas críticas têm sido feitas, tanto interna como externamente, ao grau de democracia no país. Inclusive, há analistas que consideram que a Venezuela passou a ser semidemocrática, mas não utilizam indicadores para fundamentar isso.

Aqui, então, pretende-se fazer uma avaliação mais objetiva, com base nos critérios de Dahl e O'Donnell e em variáveis, e estabelecer assim se ainda

se pode afirmar que existe democracia na Venezuela. A definição de democracia que se utiliza é a minimalista. Isso, porém, não implica em uma concordância explícita com essa visão, e sim no reconhecimento de que para avaliar a partir da Ciência Política se o regime de determinado país é ou não democrático é necessário se trabalhar com a definição minimalista.

A avaliação da qualidade da democracia na Venezuela, também pertinente, não faz parte do escopo deste artigo, assim como a sua ênfase não está em estabelecer os efeitos do estilo de liderança populista de Chávez¹. A intenção é unicamente tentar

¹ A definição em que se baseia a avaliação de que Chávez tem um estilo populista de liderança é a do populismo latino-americano clássico, como a de Ianni (1991). Os pontos em comum entre essa definição e o caso chavista são o personalismo, a postura anti-sistema e de refundação do país, o nacionalismo e a base de apoio nas camadas mais baixas. Uma característica ausente é a busca da conciliação entre as classes (Botelho, 2006).

responder à pergunta se o regime do país na era chavista continua ou não a ser democrático.

A hipótese de trabalho é que, apesar dos problemas, não há elementos suficientes para afirmar que o regime venezuelano deixou de ser democrático. Então, os que defendem o contrário têm, em geral, uma posição cujo respaldo é de natureza mais ideológica do que empírica.

HISTÓRIA DO ATUAL PERÍODO DEMOCRÁTICO

Entre 1959, quando tomou posse o primeiro governo do seu atual período democrático, e 1993, a Venezuela foi administrada por dois partidos: AD (Ação Democrática), social-democrata, e COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente), social-cristão. O sistema partidário do país passou a se caracterizar de forma mais clara pelo bipartidarismo desde o início da década de 70, situação atenuada apenas pela existência de uma terceira força, o MAS (Movimento ao Socialismo), que conseguiu manter representação parlamentar ao longo do período dominado por AD e COPEI.

No começo dos anos 80, porém, a Venezuela começou a enfrentar sérias dificuldades econômicas, por causa da queda dos preços do petróleo, que haviam tido um boom na década anterior, e das dívidas externas contraídas no período de euforia. Caballero (2003) vê no episódio da desvalorização de 1983, conhecido como Sexta-Feira Negra, um sinal do esgotamento do modelo econômico baseado unicamente na renda petroleira. Sob a influência da situação econômica, o sistema bipartidário deu os primeiros sinais de crise ainda nos anos 80.

Em 1989, o aumento da tarifa de transporte público, causado pela elevação do preço da gasolina como parte de um pacote de reformas neoliberais anunciado pelo então presidente Carlos Andrés Pérez (AD), motivou a explosão de uma revolta popular, que ficou conhecida como Caracaço e deixou um saldo de 270 mortos, segundo a contagem oficial. Em 1992, houve duas tentativas de golpe contra o mesmo Carlos Andrés Pérez, uma delas liderada pelo então tenente coronel do Exército Hugo Chávez. No ano seguinte, um processo de impeachment destituiu o presidente por acusações de corrupção.

Há na literatura (Hellinger, 2003; Caballero, 2003) a coincidência de que a gestão Carlos Andrés Pérez marcou o fim de um modelo político, definido por Rey (1972) como um sistema populista de

reconciliação, baseado na distribuição dos benefícios da renda petroleira por meio do clientelismo.

Para Maingon (2004), o processo que levou ao fim do bipartidarismo pode ser dividido em três crises simultâneas: a da representação baseada nos partidos tradicionais; a do Estado, diante das dificuldades econômicas e da queda da renda petroleira, o que afetou a capacidade de as forças dominantes sustentarem suas redes clientelistas de distribuição de benefícios; e a de legitimidade do regime democrático que vigorava no país, em consequência das outras duas. Há ainda os fatores externos que afetaram, em nível mundial, os partidos.

AS ELEIÇÕES DESDE 1993

Uma combinação de crise econômica e política, por tanto, contribuiu para a insatisfação com o domínio exercido por AD e COPEI e o consequente fim do bipartidarismo. Em 1993, pela primeira vez desde 1958 o presidente eleito não foi de nenhuma das duas forças.

No entanto, o vencedor, Rafael Caldera, havia sido um líder histórico do COPEI e presidente pelo partido de 1969 a 1973. Ele se elegeu para um segundo mandato pela recém-criada Convergência. Também no Parlamento, AD e COPEI ainda tiveram 46% dos votos para a Câmara Baixa e ficaram com 108 das 203 cadeiras, enquanto a legenda de Caldera conquistou 26 vagas e precisou de alianças para governar.

De qualquer maneira, o ciclo do bipartidarismo na Venezuela já havia se esgotado, fazendo que seus dois representantes tivessem que ceder cada vez mais espaço no Parlamento. Nas eleições de 1998, a AD ainda foi o partido com mais votos (24,1%) e cadeiras (61). Inclusive, conquistou seis vagas a mais que na disputa anterior. O COPEI, por outro lado, caiu de 53 para 26 cadeiras, deixando o total de votos das duas forças tradicionais (36,1%) menor que em 1993. O que ainda beneficiou AD e COPEI foi a mudança da data das eleições legislativas, adiantadas para que não coincidissem com as presidenciais, em que Chávez já aparecia como favorito.

Confirmando os prognósticos, Chávez foi o presidente eleito em 1998. Ele também havia criado seu partido, o MVR (Movimento Quinta República), pouco antes da disputa. A legenda de Chávez saiu-se melhor que a Convergência em 1993, conseguindo

19,9% dos votos e 35 cadeiras, mas não obteve maioria mesmo com alianças.

Essa situação de ausência de maioria para o governo, no entanto, durou pouco, já que a Assembléia Constituinte, convocada pelo presidente, aprovada em referendo popular e para a qual o chavismo havia conquistado 94% das cadeiras, marcou eleições gerais para 2000. Nelas, Chávez obteve mais seis anos de mandato, enquanto seu partido atingiu 44,38% dos votos e 95 das 165 vagas na Assembléia Nacional, que passou a ser a única Câmara do Parlamento. Já AD e COPEI viram sua porcentagem de votos cair para 21,21%, com 33 cadeiras do primeiro (pouco mais da metade que tinha) e seis do segundo (menos de um quarto dos 26 da legislatura anterior).

Desde então, ocorreu outra disputa para a Assembléia Nacional, mas as forças de oposição a Chávez retiraram-se dela, alegando falta de isenção do CNE (Conselho Nacional Eleitoral). Assim, o chavismo ficou com a totalidade das 167 cadeiras, sendo 114 para o MVR.

OS CRITÉRIOS

Dahl (2005) adota oito requisitos para a avaliação de se há democracia em determinado país, permitindo que as pessoas tenham a possibilidade de formular preferências, expressá-las e vê-las consideradas na conduta do governo. Esses critérios são: 1) liberdade de formar e participar de organizações; 2) liberdade de expressão; 3) direito de voto; 4) elegibilidade para cargos públicos; 5) direito de líderes políticos disputarem apoio; 6) fontes alternativas de informação; 7) eleições livres e idôneas; e 8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e outras expressões de preferência.

Considerando insuficientes os requisitos de Dahl, O'Donnell, em trabalhos posteriores à publicação original da obra do colega, acrescentou outros aspectos, mas sem defini-los como requisitos para a democracia, e sim como condições para sua efetividade e seu funcionamento adequado.

O'Donnell trata dos direitos civis, como a aplicação igualitária das leis, a igualdade de tratamento pelos órgãos públicos e os direitos humanos, e de um conceito criado por ele, a accountability horizontal, que se refere à presença e ao grau de controle das instituições do Estado por elas próprias.

No anexo de seu livro, Dahl exhibe variáveis para sete dos oito requisitos acima, abandonando o item elegibilidade para cargos públicos, e categorias para cada variável. Essas categorias, por sua vez, se baseiam em conceitos, e não em indicadores. Já no caso de O'Donnell, não há esse tipo de abordagem.

A ANÁLISE

A avaliação, então, seguirá a ordem dos critérios e variáveis de Dahl até chegar em O'Donnell. O primeiro requisito é a liberdade de formar e participar de organizações. Suas variáveis são a liberdade de oposição de grupo e a articulação de interesses por grupos associativos. Para a primeira variável, há quatro categorias. A partir das descrições para cada uma delas, a que parece mais se encaixar à Venezuela é a número um, segundo a qual os grupos autônomos são livres para entrar na política e capazes de exercer oposição ao governo.

Outra avaliação possível é que a número dois seria mais indicada, segundo a qual os grupos autônomos são livres para se organizar na política mas limitados em sua capacidade de exercer oposição ao governo, por causa das acusações de fraude nas eleições que os opositoristas fazem contra Chávez e o CNE. Não há, porém, comprovação disso. As votações na Venezuela têm sido acompanhadas por observadores internacionais e declaradas idôneas. No referendo de 2007 sobre a reforma constitucional, inclusive, a posição chavista acabou derrotada. Na disputa legislativa de 2005, a avaliação dos observadores foi mais dura, mas não apontou fraudes, e sim enfatizou a necessidade de o CNE recuperar a confiança da população e dos atores políticos. Também há problemas, reconhecidos pelo próprio órgão eleitoral, na relação de votantes, em que permanecem pessoas já mortas, mas isso não configura fraude e se repete em muitas democracias.

A capacidade de a oposição se articular ficaria prejudicada se a proposta de reforma constitucional, que permitiria a reeleição ilimitada para presidente, tivesse sido aprovada em referendo. Nas atuais circunstâncias políticas, em que Chávez seria forte candidato a nova vitória e a completar 22 anos no

poder², isso faria com que a Venezuela tivesse de ser enquadrada na categoria número dois.

Na segunda variável do primeiro requisito, há de novo quatro categorias. Mais uma vez, a Venezuela pode ser enquadrada na número um, de significativa articulação de interesses por grupos associativos. Não há elementos para afirmar que no país as associações, de qualquer natureza, não podem articular ou articulam pouco seus interesses. Inclusive, a possibilidade de fazer isso é tanta que dois grupos associativos, a CTV (Confederação dos Trabalhadores da Venezuela) e a Fedecámaras, de empresários, encabeçaram a manifestação antes do golpe contra Chávez em 2002 e também a posterior greve geral de cerca de dois meses para exigir a saída do presidente.

Um fato que pode ser criticado é a política do governo de atuar no setor de associações corporativas, patrocinando a formação de entidades legais para criar concorrência às que lhe fazem oposição, mas isso não implica que os grupos associativos não possam articular seus interesses.

O segundo critério é a liberdade de expressão, que tem como sua única variável a liberdade de imprensa, dividida em quatro categorias. Esse é um ponto que gera muitas críticas ao regime chavista. A base para isso costumava ser a ideologia do crítico, e não fatos. Porém, a medida tomada em 2007 de não renovar a concessão da rede de televisão RCTV, mesmo que ela tenha apoiado o golpe de 2002, dá um argumento factual às críticas e configura um cerceamento da liberdade de imprensa. Até então, se podia dizer que havia plena liberdade de imprensa na Venezuela, o que permitiu que Chávez fosse chamado de macaco, por exemplo, e que canais de TV estimulassem e até articularassem o golpe contra ele. Agora, a categoria que mais se encaixa à situação do país é a segunda, de liberdade intermitente, quando há censura ocasional ou seletiva tanto da imprensa doméstica quanto de correspondentes estrangeiros, ainda que essa censura não se estenda aos correspondentes.

Depois do apoio ao golpe na mídia televisiva, o presidente já havia alterado a lei que regula a atuação da imprensa, estabelecendo penas mais duras

para ações como a que contribuiu para sua queda provisória. Em princípio, temeu-se que Chávez passaria a recorrer às punições contra qualquer tipo de trabalho jornalístico, mas isso não ocorreu. A mídia o ajudou a decidir não tomar essa atitude, já que abandonou a linha mais radical. Inclusive, houve quem, como o proprietário da rede Venevisión, Gustavo Cisneros, preferisse deixar de ser crítico e tentasse tirar proveito do governo chavista. Outro problema para o trabalho da imprensa foram agressões e ameaças de partidários do presidente contra veículos que assumiam o papel de fazer oposição ativa, mas essa é uma consequência difícil de evitar quando se escolhe deixar o jornalismo e se tornar militante político em um ambiente de confrontação.

O próximo requisito, o direito de voto, tem duas variáveis. Uma delas, no entanto, é abandonada pelos autores da escala em que Dahl se baseia, por ser redundante. Resta o sistema eleitoral vigente, que se divide em quatro categorias. A democracia na era chavista poderia se encaixar tanto na um, de sistema competitivo, segundo a qual há nenhuma proibição partidária ou proibição apenas de partidos extremistas ou extraconstitucionais, como na dois, de parcialmente competitivo, em que um partido tem 85% ou mais das cadeiras parlamentares.

De fato, não existem limites à competição partidária, mas a ocupação da Assembléia Nacional por uma única força passou a superar 85% com a criação do PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela). Nas eleições legislativas de 2005, em que a oposição não participou por alegar que o CNE não é imparcial, o MVR ficou com 114 das 167 vagas na Assembléia Nacional, o que correspondia a 68,3% do total. Depois da criação do PSUV para reunir a base de sustentação ao chavismo, a concentração de cadeiras alcançou 89,2%. Assim, a Venezuela tem de ser enquadrada na categoria dois, de sistema parcialmente competitivo.

Com isso, se chega ao quarto critério, que é o direito de líderes políticos disputarem apoio. Para ele, são quatro as variáveis, sendo que duas (liberdade de oposição de grupo e sistema eleitoral vigente) já foram tratadas aqui, porque também fazem parte de requisitos anteriores. Restam articulação de interesses por partidos políticos e sistema partidário: quantitativo.

As categorias para a primeira são quatro e definidas por adjetivos. A que se encaixa para a situação venezuelana é novamente a número um, de significativa. Não há porque considerar que os

² Seriam oito anos dos dois primeiros mandatos, sete do atual e sete de uma eventual quarta administração. Isso porque a proposta de reforma constitucional também incluía a mudança do mandato presidencial de seis para sete anos, o que passaria a valer já para a gestão que está em andamento. Outro ponto a esclarecer é que o atual mandato de Chávez é o terceiro em seqüência, mas o segundo desde a Constituição de 1999, que passou a permitir uma reeleição. O primeiro governo chavista, iniciado em 1999, foi mais curto e durou apenas até o começo do novo período obtido nas eleições de 2000, convocadas pela Assembléia Constituinte.

partidos não podem articular seus interesses ou o fazem pouco em Venezuela. Quando algumas forças políticas deixam de participar das eleições, como em 2005, a articulação de seus interesses fica obviamente prejudicada, mas essa atitude foi uma opção dos próprios partidos de oposição e não teve apoio em fatos comprovados.

Para a variável sistema partidário: quantitativo, há seis categorias, todas descritivas. É difícil encaixar perfeitamente a democracia da era chavista em alguma das descrições, porque ela apresenta traços de mais de uma categoria. Baseando-se, além das características, nos nomes de cada uma, a eleita tem de ser pluripartidário, segundo a qual há governo de coalizão ou de partido minoritário normalmente obrigatório se o sistema é parlamentar.

Algumas matizações, porém, são necessárias. A melhor definição para o atual sistema partidário venezuelano é de um pluralismo polarizado, porque há diversos partidos que, por causa do nível de polarização, estão divididos em dois pólos, os chavistas e os antichavistas. Outra questão é que o governo de coalizão montado por Chávez é débil, porque ele valoriza pouco os partidos que participam e passou a buscar reuni-los no PSUV. A categoria de um partido e meio também se aproxima do panorama venezuelano, já que se define pela existência de uma oposição significativa, mas incapaz de conquistar a maioria. Nas últimas eleições presidenciais, por exemplo, o principal candidato opositor obteve 36,9% dos votos, mas perdeu de novo. A incapacidade de a oposição conquistar a maioria se registra desde 2000, mas, em termos numéricos, não se pode classificar o sistema da Venezuela como de um partido e meio, mesmo com a criação do PSUV. Então, a definição mais próxima da realidade é de pluripartidário.

Para os dois requisitos seguintes, o quinto e o sexto, há quatro variáveis no caso de fontes alternativas de informação e cinco no de eleições livres e idôneas, mas todas já foram tratadas aqui. A pontuação da Venezuela é a melhor em quase todas as variáveis. As exceções são a liberdade de imprensa, presente no quinto e no sexto critérios, e o sistema eleitoral vigente, que integra o sexto.

Finalmente, para o sétimo e último requisito, cuja definição é instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e outras expressões de preferência, são quatro as variáveis consideradas. Na primeira, a condição constitucional do regime, há três categorias. A que serve para a situação venezuelana é de constitucional,

segundo a qual o governo é conduzido com referência a normas constitucionais reconhecidas. Há quem defenda que o regime chavista é autoritário ou até totalitário, as outras categorias disponíveis, mas ele não se enquadra nas descrições de nenhuma das duas. Para se encaixar na primeira delas, é necessário que não exista nenhuma limitação constitucional efetiva ou que haja recurso absolutamente regular a poderes extraconstitucionais, descrições que não servem para o caso da Venezuela.

A segunda variável é a aglutinação de interesses pelo Legislativo, dividida em quatro categorias. Para esse ponto, mesmo que a desistência da oposição de disputar as últimas eleições parlamentares e a conseqüente ausência de forças opositoras na Assembléia Nacional não possa ser creditada unicamente às características do regime, é fato que parte significativa da sociedade venezuelana não está representada no Parlamento. Por isso, a classificação mais adequada é de limitada aglutinação de interesses, a número três.

A próxima variável é a distribuição horizontal do poder, que tem três categorias. De novo, há problemas para a Venezuela. A definição mais apropriada para sua situação é de distribuição limitada, segundo a qual um braço do governo não possui genuína autonomia funcional, ou dois braços do governo têm limitada autonomia funcional. É essa última parte que corresponde ao caso venezuelano, pois os Poderes Legislativo e Judiciário possuem limitada autonomia funcional frente ao Executivo. O Legislativo é assim porque, como citado anteriormente, conta apenas com representantes da situação. Já o Judiciário, em que nos últimos meses de 2006 ainda havia 33,3% de juizes sem estabilidade no cargo, tem dificuldade para tomar decisões autônomas diante das pressões do Executivo, diretamente ou por meio de manifestações populares. Outro problema para a independência do Judiciário foi a ampliação de 20 para 32 no número de magistrados da principal corte do país, o TSJ (Tribunal Supremo de Justiça). Os 12 novos integrantes foram designados pela maioria que o governo Chávez possuía na Assembléia Nacional na legislatura anterior.

Para encerrar com os requisitos de Dahl, falta a quarta variável do sétimo critério, que é a condição atual do Legislativo. Outra vez, o quadro não é bom para o regime atual na Venezuela. Uma classificação apropriada é a número dois, de parcialmente efetivo, segundo a qual há tendência para a dominação pelo Executivo ou então o Parlamento é parcialmente limitado no exercício de sua função. As duas situações

estão presentes no caso venezuelano, já que um Legislativo sem oposição, mesmo que isso tenha ocorrido dentro das regras, acaba dominado pelo Executivo, o que tende a limitar a atuação parlamentar. O saldo para o sétimo requisito, então, é o pior entre todos os sete.

A partir de agora, quando serão utilizados os parâmetros estabelecidos por O'Donnell, a avaliação será menos objetiva, pois esse autor adota metodologia diferente da de Dahl e não define variáveis para cada aspecto. Um ponto que ele enfatiza é a *accountability* horizontal. De início, isso é problemático na Venezuela, pela autonomia limitada do Legislativo e do Judiciário frente ao Executivo. Assim, a capacidade de fiscalização dos dois primeiros Poderes sobre o último fica comprometida. Por outro lado, instituições, congregadas no Poder Cidadão, foram criadas desde a Constituição de 1999 para aumentar a capacidade de o Estado se fiscalizar. De qualquer maneira, a falta de autonomia frente ao Executivo tende a prevalecer na hora de fiscalizar. Isso se reflete no item voz e *accountability* dos indicadores de governança do Banco Mundial, em que a Venezuela caiu de 53,4% em 1998, o último ano do presidente anterior, para 29,3% em 2006.

O'Donnell também enfatiza a necessidade de que, para o funcionamento efetivo da democracia, tenha validade igualitária a aplicação das leis e os direitos e deveres. Esse é um ponto mais subjetivo e, portanto, difícil de ser avaliado, mas é possível fazer algumas considerações.

Os programas sociais, que buscam oferecer serviços básicos como saúde e educação à população carente, são uma marca do governo Chávez, alimentando nessa classe a percepção de que recebe mais atenção. Pode-se argumentar também que grupos privilegiados ao longo do bipartidarismo perderam suas vantagens a partir da ascensão chavista. Alguns deles, porém, têm recuperado força, depois de se convencerem de que seria melhor se aliar ao presidente e tentar tirar proveito disso. Outro problema é que persistir no campo opositorista pode gerar retaliações a, por exemplo, servidores públicos e empresários que fazem negócios com o Estado.

Levando tudo isso em conta, fica a impressão de que a desigualdade ante as leis é, no geral, menor hoje, sobretudo por causa da ação governamental para expandir direitos. Ao mesmo tempo, porém, a Venezuela passou de 29% em 1998 para 5,7% em 2006 no item império da lei dos indicadores de governança do Banco Mundial. Esse aspecto não é exatamente o mesmo que validade igualitária das leis,

mas, se a lei no geral vale menos, tende a valer menos ainda para os mais pobres. Como as duas avaliações se contradizem, a conclusão possível é que a situação no governo Chávez é a mesma que herdou em relação ao critério de validade igualitária das leis.

Outra questão que O'Donnell aborda é o tratamento recebido nos órgãos públicos. Para ele, um tratamento que varia conforme a condição socioeconômica da pessoa atendida é um indicador sutil de problemas no funcionamento adequado do Estado de Direito e, em consequência, da democracia. De novo, é difícil avaliar esse ponto, mas se pode argumentar na linha seguida acima. Uma política de expansão de direitos tende a reduzir a desigualdade de tratamento, pois mais gente pode ter acesso aos serviços básicos.

Ainda no tema dos direitos civis, O'Donnell aborda a questão dos direitos humanos. Segundo dados do Provea (Programa Venezuelano de Educação-Ação em Direitos Humanos), a situação piorou nas violações à integridade pessoal e melhorou nas violações à liberdade pessoal na comparação entre o último ano da gestão anterior e o último período do governo Chávez para o qual há números disponíveis. Sobre o primeiro item, foram 229 denúncias no relatório que abrange de outubro de 1997 a setembro de 1998, contra 201 no informe de outubro de 2005 a setembro de 2006, mas o número de vítimas aumentou de 442 para 1.478. Entre as denúncias em ambos os períodos, estão casos de tortura e tratamentos ou penas cruéis, inumanas ou degradantes por parte de corpos de segurança do Estado. Para as violações à liberdade pessoal, foram 12.594 detenções arbitrárias no relatório de 1997/1998 contra 1.928 no informe mais recente. As detenções arbitrárias consideradas pelo Provea podem ser de três tipos: em manifestações pacíficas, maciças em ações policiais ou revistas e individuais.

Uma acusação, feita principalmente pela oposição, é que o regime chavista patrocina prisões políticas. Nesse caso, é difícil fazer um julgamento acurado, pois, se podem haver exageros por um lado, por outro, as pessoas que, em geral, os opositoristas afirmam ser ou ter sido presos políticos possuem pelo menos alguma associação com fatos criminosos ou suspeitos, como o golpe de 2002, a depredação da embaixada de Cuba logo depois e o recebimento de recursos do governo George W. Bush para atividades políticas. Então, é mais apropriado levar em conta apenas os dados sobre violações utilizados acima e considerar que, como a situação com Chávez piorou

em um indicador e melhorou em outro, o panorama, no geral, é o mesmo do governo anterior.

CONCLUSÕES

Este artigo realizou um esforço para sistematizar a avaliação de se Venezuela ainda tem um regime democrático, um debate que se tornou comum na academia, na política, na mídia e nas ruas desde a ascensão de Chávez, mas, em geral, com argumentos mais ideológicos. Para isso, foram utilizados critérios e variáveis estabelecidos por dois autores cujos trabalhos se tornaram célebres na análise das condições para a democracia.

O esforço feito aqui, no entanto, não é definitivo e tampouco livre de subjetividade, já que se baseia em variáveis definidas por categorias qualitativas ou mesmo sem categorias precisas, como no caso de O'Donnell. Mesmo assim, trata-se de uma avaliação mais objetiva que subjetiva. Isso porque se baseia em critérios claros tomados de outros autores, o que é uma evolução qualitativa em relação às análises puramente impressionistas ou ideológicas.

Dos sete critérios para os quais Dahl (2005) apresenta variáveis, o regime chavista tem a melhor pontuação em apenas um: liberdade de formar e participar de organizações. Por outro lado, em quatro, liberdade de expressão, direito de voto, direito de líderes políticos disputarem apoio e fontes alternativas de informação, a marca da Venezuela é a segunda melhor. No caso de eleições livres e idôneas, o país atinge seis pontos, dois acima do melhor valor possível. O maior problema é o item instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e outras expressões de preferência, em que o regime venezuelano fica com o dobro da melhor pontuação possível.

No total, a Venezuela alcança 29 pontos, em uma escala que vai de 19, a melhor situação, a 80, a pior. Dahl não esclarece no anexo de seu livro quais as faixas de pontuação que correspondem a cada tipo de regime. Se forem definidos os tipos ideais de democrático, semidemocrático, autoritário e totalitário e dividida a diferença entre 19 e 80 por quatro, a cada 15,25 pontos se configuraria um tipo. Assim, a faixa do regime democrático iria de 19 a 34,25, a do semidemocrático, até 49,5, a do autoritário, até 64,75, e a do totalitário, até 80, deixando o regime chavista na condição de democrático.

Mesmo que não se adote essa divisão de faixas, a distância de dez pontos para o melhor valor possível não parece ser suficiente para tirar da Venezuela a condição de país democrático. Os problemas em relação aos critérios de Dahl se concentram na liberdade de imprensa, ainda que o cerceamento não passe até agora de intermitente, na concentração de quase 90% das cadeiras parlamentares no PSUV e na separação de Poderes.

Quanto aos parâmetros de O'Donnell, há problemas para a accountability horizontal. Na igualdade perante as leis e no respeito aos direitos humanos, os panoramas possíveis de se traçar são de continuidade em relação ao governo anterior. Para a igualdade de tratamento nos órgãos públicos, a avaliação é que houve melhora. Mais uma vez, portanto, os problemas identificados se relacionam com a separação de Poderes.

Tomados em conjunto os requisitos de Dahl e O'Donnell, a situação da democracia na Venezuela da era chavista apresenta problemas em seis dos sete critérios do primeiro autor, de forma mais significativa em dois deles, e em dois dos quatro parâmetros do segundo, com mais gravidade em um deles. Isso ainda se mostra insuficiente para configurar uma mudança de tipo de regime. Então, se pode concluir que a Venezuela continua a ser um país democrático, nem semidemocrático nem tampouco autoritário.

REFERÊNCIAS

Álvarez, Angel E. (2003), "La reforma del Estado antes y después de Chávez". In Ellner, Steve y Hellinger, Daniel (orgs.). La política venezolana en la época de Chávez. Clases, polarización y conflicto. Caracas, Nueva Sociedad.

Alvarez I., Rosangel M. (2004), "¿La Fuerza Armada Nacional de Venezuela: de actor social a actor político?". XXV International Congress of the Latin American Studies Association, CD ROM.

Botelho, João Carlos Amoroso. (2006), "A instabilidade democrática na América Latina do século XXI: os casos da Argentina e da Venezuela". Projeto História, nº 32, pp. 331-342.

Caballero, Manuel. (2003), Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992). Caracas, Alfadil Ediciones.

Carmona Estanga, Pedro. (2004), *Mi testimonio ante la historia*. Caracas, Actum.

Dahl, Robert A. (1972), *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven, Yale University Press.

_. (2005), *Poliarquia*. São Paulo, Edusp.

Ellner, Steve y Hellinger, Daniel (orgs.). (2003), *La política venezolana en la época de Chávez. Clases, polarización y conflicto*. Caracas, Nueva Sociedad.

Hellinger, Daniel. (2003), "Visión política general: la caída del puntofijismo y el surgimiento del chavismo". In Ellner, Steve y Hellinger, Daniel (orgs.). *La política venezolana en la época de Chávez. Clases, polarización y conflicto*. Caracas, Nueva Sociedad.

Ianni, Octavio. (1991), *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

La Fuente, Sandra y Meza, Alfredo. (2004), *El acertijo de abril. Relato periodístico de la breve caída de Hugo Chávez*. Caracas, Debate.

Lander, Edgardo. (2000), *Neoliberalismo, sociedad civil y democracia. Ensayos sobre América Latina y Venezuela*. Caracas, Universidad Central de Venezuela y Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico.

Lander, Luis E. (org.). (2003), *Poder y petróleo en Venezuela*. Caracas, Universidad Central de Venezuela y PDVSA.

López Maya, Margarita y Lander, Luis E. (2004), "Novedades y continuidades de la protesta popular en Venezuela". XXV International Congress of the Latin American Studies Association, CD ROM.

Maingon, Thais. (2004), "Síntomas de la crisis y de la deslegitimación del sistema de partidos en Venezuela". XXV International Congress of the Latin American Studies Association, CD ROM.

Maringoni, Gilberto. (2004), *A Venezuela que se inventa. Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

McCoy, Jennifer L. y Myers, David J. (orgs.). (2004), *The unraveling of representative democracy in Venezuela*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.

Méndez, Juan E., O'Donnell, Guillermo y Pinheiro, Paulo Sérgio (orgs.). (2000), *Democracia, violência e injustiça. O Não-Estado de Direito na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra.

Molina V., José E. (2002), "The presidential and parliamentary elections of the bolivarian revolution in Venezuela: change and continuity (1998-

2000)". *Bulletin of Latin American Research*, vol. 21, n° 2, pp. 219-247.

Mommer, Bernard. (2003), "Petróleo subversivo". In Ellner, Steve y Hellinger, Daniel (orgs.). *La política venezolana en la época de Chávez. Clases, polarización y conflicto*. Caracas, Nueva Sociedad.

O'Donnell, Guillermo. (1997), *Contrapuntos*. Buenos Aires, Paidós.

_. (2000), "Poliarquias e a (in) efetividade da lei na América Latina: uma conclusão parcial". In Méndez, Juan E., O'Donnell, Guillermo y Pinheiro, Paulo Sérgio (orgs.). *Democracia, violência e injustiça. O Não-Estado de Direito na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra.

Rey, Juan Carlos. (1972), "El sistema de partidos venezolano". *Politeia*, n° 1, pp. 175-230.

Roberts, Kenneth. (2003), "Polarización social y resurgimiento del populismo en Venezuela". In Ellner, Steve y Hellinger, Daniel (orgs.). *La política venezolana en la época de Chávez. Clases, polarización y conflicto*. Caracas, Nueva Sociedad.

Uchoa, Pablo. (2003), *Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez*. São Paulo, Globo.

Venezuela. (2000), *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. Caracas, Imprenta Nacional.

Youngers, Colleta. (2003), "The US and Latin American after 9-11 and Iraq". *Foreign Policy in Focus*, junho.

* Doutorando em Ciência Política na *Universidade de Salamanca* (Espanha), mestre em Ciência Política pela PUC-SP e pesquisador do Demos (Grupo de Estudos da Democracia e de Política Comparada) da PUC-SP.